



Relatório Final

<Observação: Favor não alterar o layout desta página de rosto. Apenas preencha os dados nos campos solicitados. A partir da segunda página estão os demais itens do modelo a serem preenchidos.>

EDITAL / PROGRAMA

EDITAL PROPCI/UFBA 01-2012 – PIBIC e PIBIC-AF

ESTUDANTE IC

(Digitar nome completo, sem abreviações).

Carolina Silva Sapucaia

Título do Plano de Trabalho do Estudante

(Digitar o título completo, sem abreviações, exatamente igual ao título do plano de trabalho aprovado).

Articulação Nacional dos Extrativistas de Canavieiras: uma análise sobre a criação da CONFREM

ORIENTADOR

(Digitar nome completo, sem abreviações).

Catherine Prost

Título do Projeto do Orientador

(Digitar o título completo, sem abreviações, exatamente igual ao título do projeto do orientador).

Gestão territorial e conflitos ambientais nas resex marinhas da Bahia

Salvador
Julho 2013



RESUMO

Historicamente as populações tradicionais buscam se organizar para garantir seus direitos como cidadãos e para manter vivos seus costumes e modo de vida, que conferem um sentido próprio a estes grupos sociais. Com o avançar das investidas do modo capitalista de produção nas áreas litorâneas e ribeirinhas, pescadores e pescadoras artesanais, assim como as demais populações tradicionais, se tornaram alvo de grandes empreendimentos e das políticas desenvolvimentistas do governo, que ameaçam a (re)produção destes grupos devido a diversos fatores, sendo a terra o elemento de maior conflito nessas relações.

Preterido por muito tempo da tutela do Estado, a única alternativa de sobrevivência destes grupos fora a luta organizada entendida com forma de fortalecer suas pautas, imponderado as comunidades no processo de reivindicação de suas demandas e gestão dos seus territórios.

Antes da criação da primeira reserva extrativista (resex), conquistada pelos povos da floresta na década de 1990, os territórios dos extrativistas não gozavam de legitimidades perante o Estado brasileiro. Este cenário se estendia ao contexto das reservas extrativistas marinhas (REM) que tal como os seringueiros na região amazônica, passaram a reivindicar o reconhecimento legal e demais direitos a posse e uso da terra.

A Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras Marinhas (CONFREM) é fruto de um processo de luta organizada que acontece no país a mais de vinte anos através do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e com o objetivo de fortalecer os extrativistas marinhos assegurando o seu território, costumes e valores.

A presente pesquisa teve como objetivo se apropriar do processo histórico da luta dos extrativistas, o processo de criação das resex, o atual momento vivenciado por estas com foco na articulação nacional dos extrativistas, através da CONFREM e o papel da resex de Canavieiras, vista como resex de avançada organização social.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente as populações tradicionais buscam se organizar para garantir seus direitos como cidadãos e para manter vivos seus costumes e modo de vida, que conferem um sentido próprio a estes grupos sociais. Numa sociedade cada vez mais orientada pela dinâmica do capital globalizado, das grandes corporações, as populações tradicionais encontram muitas barreiras a serem superadas, principalmente pelo fato de suas vidas estarem diretamente ligadas a terra – meio de produção e reprodução de suas vidas -, terra esta que é alvo primeiro de especulações e grandes empreendimentos que ameaçam não só a possibilidade de existência dessas famílias como também afetam a natureza em proporções muitas vezes irreversíveis.

No que tange o extrativismo marinho e costeiro, a realidade não é diferente, esta atividade tem se deparado com titãs difíceis de vencer. Empreendimentos petrolíferos e portuários têm crescido de forma acelerada no Brasil como parte das medidas contidas no pacote do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. O programa propõe investimento em 71 empreendimentos em 23 portos brasileiros (PAC, 2013), visando também obras de drenagem e ampliações dos terminais portuários para a



copa do mundo de futebol em 2014.

Sejam as medidas desenvolvimentistas do governo ou a especulação de terras e imobiliária, a situação das populações tradicionais no Brasil sempre esteve condicionada a uma realidade exterior a sua. Seus costumes e tradições foram (e ainda são) negados na ignorância que esses elementos compõem o modo de vida destas populações; ora estes são vistos como folclore, ora como algo secundário. Suas terras são alvos de conflitos com o grande capital e os recursos naturais de onde retiram sua sobrevivência são gradativamente degradados. Não se pode negar que tal situação teve uma relativa melhora a partir da garantia do território pela Constituição Federal de 1988, contudo, enquanto

indígenas e quilombolas tiveram seus direitos de propriedade sobre territórios ocupados historicamente reconhecidos [...] outras parcelas como comunidades litorâneas de caiçaras, ribeirinhos, jangadeiros e demais grupos de pescadores artesanais, embora mantivessem uma relação histórica com seus espaços de uso comum, foram preteridos da tutela constitucional. (CHAMY, 2004, p. 1)

As populações tradicionais, classificadas conforme o seu reconhecimento étnico, são contempladas por políticas territoriais que lhe conferem maior poder de produção do território, de forma distinta do modo de produção hegemônico. As demais populações tradicionais são contempladas dentro dos marcos institucionais, por sua vez, dentro da legislação ambiental. Com isso, o movimento extrativista perde de sua autonomia, visto que, muda-se do modelo de auto-gestão para o modelo de cogestão, que inclusive será presidida pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para viabilizar a pesquisa e alcançar os objetivos traçados no plano inicial de trabalho foi realizado inicialmente o levantamento bibliográfico acerca da organização dos extrativistas marinhos no Brasil, histórico de lutas e principais objetivos, posteriormente, foram elaborados roteiros de perguntas utilizadas em entrevistas realizadas em dois momentos: primeiro em novembro/dezembro de 2012 no IIº Encontro Nacional de Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas, em Arraial do Cabo (RJ), e, posteriormente em Canavieiras (maio de 2013). As entrevistas foram direcionadas a lideranças extrativistas e membros do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Após o processo inicial, o material foi processado, entrevistas transcritas e informações documentadas.

3. RESULTADOS

Quadro com panorama da situação de 23 reservas extrativistas costeiras e marinhas que será enviado para



lideranças das unidades de conservação como retorno do trabalho.
Elaboração de texto síntese que dará origem a artigos científicos a serem publicados em espaços acadêmicos
Elaboração de oficina de cartografia social com extrativistas da reserva extrativista de Canavieiras.

4. DISCUSSÃO

Histórico do movimento extrativista

A busca pelo reconhecimento dos povos tradicionais é antiga e a do movimento extrativista, segundo Cunha (2010) em sua tese de doutorado, é marcada pelos ciclos da borracha na Amazônia. Em seu trabalho, a autora apresenta elementos importantes para a compreensão do processo histórico de ocupação da Amazônia e como este processo configura, com o passar dos anos, o Movimento Seringueiro.

A exploração dos seringais foi possível após intensas migrações, principalmente de nordestinos, atraídos pela esperança de melhores condições de vida, visto que a seca no nordeste destruiu a possibilidade de inúmeras famílias viverem em seus locais de origem, além das condições naturais, as relações agrárias se configuravam como mais um obstáculo a ser enfrentados pelo nordestino¹. Contudo, as condições de trabalho nos seringais eram precárias e em muitos casos estabeleciam-se relações análogas ao trabalho escravo, visto que o sistema de crédito e outras medidas aprisionavam os seringueiros através de dívidas com os seus patrões.

Durante o período do governo ditatorial militar no Brasil, a Amazônia é reafirmada como uma região atrasada onde o progresso se fazia necessário. O governo federal juntamente com recursos internacionais, ampliaram as políticas de ocupação das terras amazônicas por latifundiários e pecuaristas, deixando um rastro de desmatamento, expropriação de terras e uso direto da violência contra as populações ribeirinhas, indígenas, seringueiros e demais habitantes do norte do país, principalmente da porção ocidental da Amazônia.

A partir de 1970, quando se dá de forma mais intensa a ocupação dos seringais do Acre por empresas capitalistas de agropecuária, os conflitos fundiários também se intensificam, uma vez que os “paulistas” que lá chegaram precisavam “limpar a área” dos posseiros que lá estavam, para valorizar a terra no caso de venda, ou para implantação de seus interesses em agricultura e especialmente pecuária. (CUNHA, 2010, p.44)

Se os objetivos do Estado brasileiro era a exploração do território amazônico para o beneficiamento

¹ Cunha 2010, citando Porto-Gonçalves, alega que: Porto-Gonçalves (2001a) destaca que essa grande migração ocorre não apenas por conta da forte seca que atingiu o Nordeste, mas por fatores econômicos, uma vez que a principal economia do sertão nordestino (o algodão) sofre forte impacto pelo retorno da produção norte americana no mercado internacional, após o fim da guerra civil naquele país. Outro fator destacado pelo autor trata da “busca” pela liberdade, o que fazia com que os nordestinos optassem ir para a Amazônia e não para São Paulo onde, apesar do período favorável de expansão da cultura cafeeira, o trabalho era escravo.



da burguesia nacional, por outro lado, os extrativistas, desamparados de qualquer política pública ou órgão estatal, buscavam a proteção da floresta, o reconhecimento do seu modo de vida e lutavam pelo acesso a terra como única possibilidade de existência.

Surgimento das Reservas Extrativistas

A ideia de reserva extrativista surge no fim dos anos 1980 em plena floresta amazônica. O modelo de desenvolvimento adotado pelo governo federal implicou em um cenário de intensos conflitos fundiários. As terras historicamente habitadas por populações tradicionais, seringueiros e demais povos - que futuramente passaram a ser considerados como “povos da floresta” por seus objetivos em comum - foram expropriadas, o agronegócio e a pecuária extensiva alastravam-se rapidamente sob a tutela do Estado. Apesar da luta do movimento dos seringueiros, as inúmeras denúncias e manifestações, o isolamento que os povos do norte ainda viviam ocultava a realidade sofrida das populações tradicionais.

Cunha (2010) alega que a conjuntura neoliberal vivida pelo Brasil coincide com o processo de criação das primeiras resex.

A proposta dos seringueiros foi materializada no arcabouço legal brasileiro na forma de Projetos de Assentamentos Extrativistas (1987), e posteriormente, no âmbito da política ambiental, na figura jurídica de Reservas Extrativistas (1990). Entretanto, a criação das primeiras Reservas Extrativistas (Resex) coincidiu com o início do ajuste neoliberal no Brasil, com reflexos diretos na reforma do Estado, desregulamentação de direitos trabalhistas, cortes de gastos públicos e privatizações [...] Ao mesmo tempo em que as Resex se impõem como um modelo advindo da tradição, do reconhecimento do saber consuetudinário, autogoverno, formas de organização e de propriedade coletiva, tendo o Estado como garantidor de direitos, o país onde se inserem ingressa efetivamente no neoliberalismo com todos os seus aspectos: preponderância do saber técnico na definição de disputas políticas, reforço da propriedade individual, Estado como mecanismo de coerção na garantia dos direitos desta propriedade e a participação popular fundamentada em uma democracia formal. (CUNHA, 2010, pp. 22-23).

O neoliberalismo apontava a necessidade de um Estado mínimo, porém, mínimo para as questões sociais, visto que era máximo para os interesses do capital internacional. Cabe ressaltar que o Estado representa os interesses das classes dominantes, independente do nível de precarização vivida pelas classes dominadas. Contudo, a história é feita de movimento e a contradição existente na luta de classes possibilitou, ao largo do processo histórico, a conquista de reivindicações de parcelas da sociedade. E somente a história será capaz de dizer se tais conquistas de fato representaram avanços para o segmento.

Antes do surgimento da primeira resex, surge um importante instrumento de luta para o segmento, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), idealizado no 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, o conselho em pouco tempo foi capaz de dar visibilidade à luta dos seringueiros nacionalmente e internacionalmente. O CNS reivindicava direitos aos povos da floresta, atuava em defesa da Amazônia.

Ao longo dos anos, os interesses dos extrativistas marinhos eram pautados pelo CNS, contudo, o conselho volta-se centralmente para os extrativistas das florestas. Apesar de se tratar de populações extrativistas no geral, há particularidades entre os extrativistas florestais e marinhos que precisam ser



consideradas para que ambos consigam manter suas atividades, reivindicando políticas públicas que também contemple essas diferenças. De acordo com Ernesto Monteiro de Almeida, liderança da resex de Canavieiras (AMEX),

O CNS ocupa todos os espaços que venham representar os extrativistas vegetais. Observamos que a voz de um seringueiro, até antes da criação da comissão das reservas extrativistas marinhas (REM), era como se fosse mais forte do que a voz de todas as REM juntas, pois não existia uma entidade política que referenciasse para o governo que existia um grupo organizado na costa brasileira que trabalhava com um objetivo comum, a melhoria da pesca artesanal vinda do extrativista pesqueiro (Entrevista realizada em 12/03/12, Canavieiras).

A dinâmica dos extrativistas florestais é diferente da realidade costeira, apesar de se tratar do mesmo segmento. São biomas e atividades distintas, “existem particularidades, especificidades no próprio ambiente de extração, existe muita diversidade em ambos contextos, porém, na prática, são necessárias políticas próprias, voltadas para extrativismo marinho” (Celia, representante da CONFREM e CNS). Estabelecidas as diferenças entre os povos da floresta e os povos das marés, era preciso consolidar formas organizativas que promovessem o avanço do segmento como um todo, compreendendo o extrativismo em sua totalidade, porém, preservando suas particularidades, possibilitando a avanço do movimento independente do bioma que esteja inserido.

Atualmente existem 22 reservas extrativistas marinhas como consta no quadro 1. O quadro foi resultado da fusão de informações obtidas a partir do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), dados obtidos nos estudos de Dumith (2012) e informações provenientes de entrevistas realizadas em campo. Apesar das convergências, algumas informações divergem, como por exemplo, o fato de presença ou não de plano de manejo nas unidades, segundo dados obtidos em campo, as resex do Pará apresentam o plano de manejo, ao contrário do que é disponibilizado no site do CNUC. Outro dado divergente está ligado ao fato da resex Alto do Jequiá ser apresentada no trabalho de Dumith como uma resex, segunda a autora a unidade está localizada na Paraíba e em Pernambuco e foi criada em 2007, tal unidade não consta nos dados do CNUC. Ao averiguar os dados, as informações apresentadas por Dumith coincidem com o ano de criação e a localidade abarcada pela reserva extrativista Acaú-Goiana, podendo assim, se tratar da mesma unidade.

Tabela 1 – Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas do Brasil

RESERVA EXTRATIVISTA	ANO DE CRIAÇÃO	ÁREA DO POLÍGONO (km ²)	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	CONSELHO GESTOR	PLANO DE MANEJO
ACAÚ-GOIANA	2007	66,7663	Caaporã - PB / Goiana - PE / Pitimbu – PB	Não possui	Não possui
ARAI-PEROBA	2005	114,8252	Augusto Corrêa - PA / Viseu – PA	Criado por Portaria nº 42, de 13/06/2007	Não possui
ARRAIAL DO CABO	1997	515,9548	Araruama - RJ / Arraial do Cabo – RJ	Não possui	Não possui



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO



BATOQUE	2003	6,0144	Aquiraz - CE / Cascavel - CE	Criado por Portaria nº 066/2012, de 02/06/2012	Não possui
CAETÉTAPERAÇU	2005	424,898	Bragança - PA/ Tracuateua - PA	Não possui	Não possui
CANAVIEIRAS	2006	1.007,21	Belmonte - BA / Canavieiras - BA / Una – BA	Criado por Portaria nº 71, de 04/09/2009	Não possui
CASSURUBÁ	2009	1.007,64	Alcobaça - BA / Caravelas - BA / Nova Viçosa - BA	Não possui	Não possui
CORUMBAU	2000	895,9658	Porto Seguro - BA / Prado – BA	Criado por Portaria nº 57, de 28/07/2006	Não possui
CURURUPU	2004	1.851,93	Apicum-Açu - MA / Bacuri - MA / Cururupu - MA / Porto Rico do Maranhão - MA / Serrano do Maranhão - MA	Criado por Portaria nº 35/2011, de 23/05/2011	Não possui
DELTA DO PARNAIBA	2000	270,2168	Araioses - MA / Ilha Grande - PI / Água Doce do Maranhão – MA	Não possui	Não possui
GURUPI-PIRIÁ	2005	727,8943	Augusto Corrêa - PA / Viseu - PA	Não possui	Não possui
BAÍA DO IGUAPE	2000	100,8244	Cachoeira - BA / Maragogipe - BA / Saubara - BA / São Félix - BA	Criado por Portaria nº 83, de 16/10/2009	Não possui
LAGOA DO JEQUIÁ	2001	102,0379	Coruripe - AL / Jequiá da Praia - AL	Não possui	Não possui
MÃE GRANDE DE CURUÇA	2002	368,28	Curuçá - PA / Marapanim - PA / São Caetano de Odivelas - PA / São João da Ponta - PA	Criado por Portaria nº 24, de 10/03/2006	Não possui
MARACANÃ	2002	299,8624	Igarapé-Açu - PA / Magalhães Barata - PA / Maracanã - PA / Salinópolis - PA / Santarém Novo – PA /São João de Pirabas - PA	Não possui	Não possui
PIRAJUBAÉ	1992	16,969	Florianópolis - SC	Não possui	Não possui
PRAINHA DO CANTO VERDE	2009	298,0679	Beberibe - CE	Não possui	Não possui
SOURE	2001	295,7878	Soure - PA	Criado por Portaria nº 76, de 28/11/2003	Não possui



CHOCOARÉ-MATO GROSSO	2002	27,8298	Igarapé-Açu - PA / Maracanã - PA / Santarém Novo - PA / São João de Pirabas - PA	Não possui	Não possui
SÃO JOÃO DA PONTA	2002	34,0949	Curuçá - PA / São Caetano de Odivelas - PA / São João da Ponta - PA	Criado por Portaria nº 11, de 06/02/2007	Não possui
ALTO DO JEQUIÁ	2007	---	---	---	---
TRACUATEUA	2005	278,645	Bragança - PA / Quatipuru - PA / Tracuateua - PA	Criado por Portaria nº 21, de 21/11/2007	Não possui

Fonte: CNUC (2013), entrevistas realizadas em novembro de 2013 e DUMITH (2012)

Outro marco institucional, no que tange ao extrativismo no Brasil, foi o advento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sancionado pela lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. O SNUC enquadra as resex como unidades de uso sustentável, Conforme o art. 7º, capítulo III do SNUC,

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Neste contexto se inserem as reservas extrativistas, são consideradas, conforme o art. 18, como

uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

É uma unidade voltada para as populações tradicionais, beneficiárias da reserva, sendo assim, as demais atividades vinculadas ao uso do solo estão passíveis de desapropriação a partir do momento que não se enquadrem no contexto extrativista.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

As resex passaram a ser reconhecidas no âmbito institucional, geridas por um Conselho Deliberativo, composto pelo órgão responsável por sua administração, representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil, além, é claro, das populações tradicionais residentes na área, “conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”. (SNUC, 2000)

A articulação nacional dos extrativistas

O embrião da CONFREM surge e começa a se desenvolver a partir de uma reunião organizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2009, para discutir a criação de unidades de conservação (UC) no



Brasil, os problemas e desafios que precisavam ser superados pelos extrativistas junto ao governo federal. Nessa reunião, lideranças das REMs e membros do CNS, além de representantes do governo buscavam discutir pautas das UCs. Devido a maior organização e poder frente às disputas no âmbito federal, o CNS encaminha uma carta de reivindicações dos extrativistas florestais, contudo, esta não contemplava algumas demandas particulares dos extrativistas marinhos. A situação é levada para discussão em espaços posteriores, onde as lideranças das REMs passam a discutir sobre a necessidade de construir uma organização própria.

A criação de uma articulação nacional dos extrativistas marinhos, parte da necessidade de garantir a participação destes em espaços decisórios, de assegurar o fortalecimento das REM e seus extrativistas, e de possibilitar a manutenção da pesca artesanal, além de garantir as condições necessárias para a sua reprodução.

Segundo Carlos Santos, secretário executivo da CONFREM,

“Em 2009 o MMA convida representantes de algumas resex marinhas do Brasil uma de Santa Catarina - Cida, Chico Pescador de Arraial do Cabo e eu de Canavieiras, além de um representante do Movimento Nacional da Pesca (Beto do Ceará) para uma reunião em Brasília juntamente com o ministro Carlos Minc que tomava posse a pouco tempo. O GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e o CNS também foram convidados. A proposta da reunião era debater as demandas dos extrativistas. O CNS e O GTA já eram organizações de peso que já tem um histórico de luta pela defesa dos extrativistas e da floresta amazônica e até então a articulação de reservas extrativistas marinhas não existia, diante disso cada representante foi representando a sua resex. A partir dessa reunião fica evidente a lacuna que existia no movimento, uma vez que, nem o CNS o GTA se apropriava do discurso da pesca artesanal e do extrativismo costeiro e marinho quanto nós [...] então vimos que estava na hora de criar uma articulação que represente os extrativistas das zonas costeiras e marinhas” (Entrevista realizada em 13/05/13, Canavieiras – BA)

Reconhecida a necessidade, o grupo se focou na garantia de espaços de discussão e reuniões, contando inclusive com o apoio do ICMBio. Em dezembro de 2009, ocorre o primeiro encontro das resex costeiras e marinhas, em Bragança no Pará. No mesmo espaço é criada a estrutura interna da organização com quatro secretarias: 1) secretaria executiva – responsável por operacionalizar e executar as políticas e ações deliberadas pelo segmento; 2) secretaria de articulação política – tem como incumbência a articulação com outras organizações e governos, visando o estabelecimento de parcerias e a cobrança/desenvolvimento de políticas públicas para os extrativistas marinhos; 3) secretaria financeira – responsável pelas finanças da comissão; e 4) secretaria de articulação com a base – como o nome explicita, é a secretaria responsável por levar as ações da CONFREM para base, bem como trazer as pautas, experiências e vivências da base para o seio da organização.

Além da organização interna, as reservas foram divididas em regionais, como forma de facilitar a estrutura organizativa e principalmente à comunicação da CONFREM com todas as resex, foram divididas em: regional Pará; regional Maranhão e Piauí; regional Ceará, Paraíba e Pernambuco; regional Sergipe, Alagoas e



Bahia; regional Sudeste e regional sul².

Para dar andamento aos trabalhos, a comissão se reúne anualmente, sempre após o encontro da REM, cerca de 3 a 5 meses depois. Nesta reunião, é traçado o plano de trabalho da comissão a partir das propostas encaminhadas no encontro.

A pauta a ser defendida ao longo do ano é definida no encontro. Cabe aos representantes elaborar as negociações junto ao governo. “Dos encontros saem propostas muito genéricas. Cabe também a comissão filtrar e colocar aquilo no papel de forma a ser possível que a política se efetive”, afirma Carlos Santos.

Ainda não há financiamento fixo da comissão. Os membros da comissão dão prioridade a articulações nos espaços que já estão inseridos: CNPT (Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais), GT's, além de aproveitarem viagens institucionais para driblar a falta de caixa para as atividades. O único recurso obtido ao longo da existência da CONFREM correspondeu a verba doada pelo projeto vinculado a uma fundação finlandesa. A verba foi responsável por viabilizar parte dos recursos para o encontro das resex em Arraial e também uma reunião em Brasília. O valor total foi de 20 mil euros, sendo que a primeira parcela (10 mil euros) já foi praticamente toda usada.

No final de 2012, ocorreu o IIº encontro nacional em Arraial do Cabo (RJ), onde foi criado o grupo interministerial composto pela CONFREM, o GTA e o CNS. Ao grupo foi delegada a missão de elaborar o plano nacional do desenvolvimento do extrativismo, a ser apresentado em Brasília as instâncias representativas, tendo como proposta central refletir essa diversidade das resex, em seus diversos contextos e biomas, abrangendo sua diversidade social, cultural, ambiental seja em espaços marinhos e costeiros, ambientes de cerrado ou na Amazônia.

Tal como traz no próprio nome, a CONFREM tem como objetivo o fortalecimento das resex costeiras e marinhas através do empoderamento das comunidades, principalmente nos processos de gestão participativa. Segundo Carlos Santos, “as resex são feitas para a gestão comunitária e não a gestão institucional do governo”. Ou seja, sendo as resex território de populações extrativistas tradicionais, a gestão da unidade de ser feita pelos próprios extrativistas, cientes de suas pautas e munidos de aparatos técnicos, tornando possível a gestão da unidade pelos seus próprios beneficiários.

“Existe uma lacuna muito grande, o governo prega a gestão participativa, contudo o Estado

² - Regional Pará - por ser o estado com mais resex (nove no total), contém dois representantes ambos com suplentes. Abrange as unidades: Arai-Peroba, Caetéperapu, Gurupi-Piriá, Mãe Grande do Curuça, Maracanã, Soure, Tracuateua, São João da Ponta e Chocoaré-Mato Grosso.

- Regional Maranhã e Piauí – possui um representante e um suplente. Fazem parte as resex Delta do Parnaíba, Cururupu.

- Regional Ceará, Paraíba e Pernambuco - possui um representante e um suplente. Fazem parte as resex: Acaú-Goiana, Batoque, Prainha do Canto Verde.

- Regional Sergipe, Alagoas e Bahia - possui um representante e um suplente e é composta pelas reservas Canavieiras, Cassurubá, Corumbau, Lagoa do Jequiá, Baía do Iguape.

- Regional Sudeste - possui um representante e um suplente. Composta pela resex Arraial do Cabo.

- Regional Sul - possui um representante e um suplente. Atualmente, apenas a resex de Pirajubá faz parte.



não está preparado para uma gestão participativa. Quando nós assumimos um papel que é nosso, que é de fazer a gestão de fato (como acontece em Canavieiras) o Estado não consegue corresponder a demanda". (Entrevista realizada em 13/05/13, Canavieiras – BA)

Atualmente são feitas críticas referentes à ação dos chefes de unidades. Segundo relatos, a ação do ICMBio, na figura destes representantes, confronta o modelo de gestão participativa, uma vez que, muitas das medidas e ações tomadas pela entidade são impostas, ao invés de serem construídas nos espaços de coletivos de discussão ou averiguado se a medida condiz com a realidade/demanda da reserva.

O desafio é grande, visto que, o empoderamento dos extrativistas não se dá da noite para o dia, pelo contrário, depende diretamente do grau de organização e consciência política adquirida pelo segmento ao longo do tempo, fruto da vivência direta e da articulação da comunidade. Uma das principais lutas das lideranças é trazer os extrativistas para a luta, transformando-os em sujeitos do processo. O desafio é grande, pois trata-se de pescadores e pescadoras, em sua maioria com baixo grau de escolaridade, que vivenciam em sua maioria apenas o dia-a-dia extrativista sem se envolver com a dinâmica do movimento. Sendo assim, não basta garantir-lhes, via decreto, a possibilidade de gestão, como consta no art. 7º, capítulo III do SNUC,

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Atualmente o ICMBio corresponde ao órgão responsável pela administração das reservas extrativistas. A entidade disponibiliza um chefe para as unidades de conservação, estes devem atuar em um processo integrado de cogestão entre governo e sociedade, partindo de uma demanda do segmento extrativista.

Apesar de formalizadas em decretos e papéis a relação entre órgão do Estado e organização extrativista ainda é conturbada. A burocracia, a falta de capacitação técnica para as lideranças e divergências entre chefia da unidade e representantes do movimento são mais desafios a serem superados.

As reservas devem avançar para um modelo de organização real dos extrativistas que não se limite à ação de suas lideranças, caso contrário, a sua estagnação tende a reduzi-la a uma simples unidade de conservação sem referência dos próprios extrativistas que nela vivem. Entretanto, "o maior desafio é conciliar o diálogo das comunidades com o diálogo institucional" (Carlos Santos, 2013).

Valdemar Vergara Filho, gestor do ICMBio (Pará), apresenta uma crítica acerca dos conflitos entre chefes de unidades e lideranças, segundo ele, proveniente do próprio histórico de apropriação pelo Estado destes modelos de organização social. Para Vergara, cabe ao Estado capacitar e munir os extrativistas com aparatos suficientes para potencializar sua organização autônoma.

"As unidades são descentralizadas, tem regras a serem seguidas, mas, estas devem ser aplicadas com bom senso. Devemos [enquanto chefes de unidades] obedecer o ICMBio, mas também deve haver uma adaptação das regras às especificidades locais, estas devem



estar de acordo com os meios de produção e ambientes onde se aplica[...] Não existe receita de bolo e sim orientações para que não sejam feitas coisas a partir da cabeça de cada um. É evidente que nem tudo que está no papel se aplica, porque a maioria que participou da elaboração no papel não estava na prática, as regras devem ser estabelecidas com a soma das vivências. No âmbito do governo ainda não ficou bem claro no âmbito da ação, um órgão ambiental trabalhar com a dimensão social [...] A história da construção das unidades é da proteção integral, voltada para a fauna. Bicho não fala e tudo foi feito em cima de bicho, mas gente não, fala, sofre, sente [...] O ICMBio tem que aprender a entrar nos espaços deles, atender as demandas, sem intervenção na organização deles. Enquanto enxergarem que extrativismo é forma primitiva de alguma coisa e não forma de acúmulo de prática e conhecimento, aí nada vai pra frente”. (Entrevista realizada no IIº Encontro Nacional de Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas em 28/11/12, Arraial do Cabo – RJ)

A CONFREM hoje luta também pelo reconhecimento e andamento dos processos de solicitação de novas resex marinhas. O modelo é visto como uma alternativa à manutenção do território dos extrativistas assegurando-os o direito a produção do espaço própria, “é a estratégia mais palpável de garantia do território, não existindo outra atualmente”, afirma Carlos Santos.

A morosidade no processo de criação da resex é real, apesar do reconhecimento a nível nacional da comissão. Carlos Santos avalia que, assim como os demais movimentos sociais (MS) no governo Dilma, os processos de criação de novas resex estão estagnados.

“do governo Lula pra cá não foram criadas mais resex, assim como os assentamentos de reforma agrária estão parados, como as terras quilombolas, a demarcação de terras indígenas, ou seja, não é uma especificidade das resex os processos parados. Nenhuma outra área de gestão e de garantia dos povos e comunidades tradicionais avançou no governo Dilma, isso é uma triste realidade. Existe uma crise de modelo que está contrapondo a outro modelo que é modo de produção capitalista que vê na garantia do território de povos e comunidades tradicionais uma ameaça [...] “Nós não guardamos mais nenhuma esperança vã ou romântica acerca das transformações que possam acontecer neste governo, qualquer uma que venha se dá, se dará através do nosso esforço”. (Carlos Santos, em declaração cedida em 13/05/13. Canavieiras - BA)

Além do congelamento dos processos, as políticas públicas voltadas para a pesca artesanal são mínimas. O modal hoje de desenvolvimento pesqueiro é centralmente voltado para o hidronegócio, sendo a aquicultura o seu carro chefe. Sob o lema *Mais pesca e aquicultura*, o projeto político da SEAP³, objetivava a “modernização do setor, tanto da captura quanto do beneficiamento e da comercialização, e, secundariamente a ampliação dos direitos sociais e da renda do pescador artesanal” (AZEVEDO; PIERRI, 2013). O governo federal, na figura do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA) deu aos empresários da pesca industrial a missão de crescimento do volume de pescados brasileira, ignorando o fato dos pescadores tradicionais serem hoje responsáveis por cerca de 70% do que é pescado no país, conforme alegam representantes do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

No MPA existe uma crise institucional dentro dele que é a disputa entre o modelo mais voltado para o hidronegócio e o modelo voltado para as comunidades tradicionais. O pescador artesanal ele é considerado comunidade tradicional, mas ao mesmo tempo você tem no bojo a aquicultura que trabalha de forma oposta ao pescador tradicional que trabalha com a questão da cultura, da ancestralidade, do cuidado com o meio ambiente. A

³ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.



aquicultura vem no caminho inverso, daí você tem a disputa. (Carlos Santos, entrevista realizada em 13/05/13. Canavieiras - BA)

Nota-se para quem estão voltadas, centralmente, as iniciativas de estímulo a produção, beneficiamento e insumos. Em nível de políticas nacionais, os pescadores artesanais estão postos em segundo plano, em relação à aquicultura.

Resex de Canavieiras: avanços organizativos e possibilidades para o movimento extrativista

Criada em junho de 2006, a Reserva Extrativista de Canavieiras, abrange os municípios de Belmonte, Canavieiras e Una em uma área de 1007,209 km² de águas, manguezal e terra. A unidade foi fruto de intenso processo de lutas, tendo o setor do turismo, a prefeitura local e os carcinicultores como principais inimigos da unidade, tal como descrito por Pacheco (2011).

A reserva conseguiu se estabelecer enquanto uma das unidades que mais avançam no quesito de organização social. Tem garantido projetos para benefício dos extrativistas, como residências para aqueles que vivem em instalações precárias, lutam contra grandes empreendimentos nocivos aos pescadores, marisqueira e ao meio ambiente, como a carnicultura entre outras ações.

Recentemente as lideranças de Canavieiras foram convidadas para participar de uma reunião em Brasília junto ao ICMBio e MMA. No espaço discutiu-se a possibilidade das lideranças assumirem a gestão da resex de Canavieiras.

“Na verdade é isso que deveríamos lutar por todas as resex, para que todas elas tivessem essa possibilidade. A congestão hoje existe [refere-se as dificuldades de atuação em conjunto com os chefes de unidade] precisa-se de fato é a co-gestão, aquela onde o ICMBio é auxiliar técnico” (Entrevista 13/05/13 com Carlos Santos)

Tal possibilidade hoje é vista como um marco para o movimento, uma vez que o Estado estaria “cedendo” seu controle em favor do movimento social organizado. Contudo, é preciso ter clareza que esta possibilidade, apesar de ter sido colocada no horizonte do movimento, ainda não é uma realidade, e trará uma nova série de desafios. Além do Estado, é preciso enfrentar também os velhos modelos de organização dos pescadores “que são ancorados nas colônias de pescadores e que são os maiores entraves para isso. [...] o nosso povo ainda não está preparado” (Carlos Santos).

Ainda sobre essa possibilidade, cabe destacar que o Estado neoliberal tem como característica diminuir suas responsabilidades sociais. Sob este aspecto, a proposta é encarada como uma redução de encargos do Estado com a unidade, transpondo-os aos extrativistas que passarão a se encarregar de instâncias burocráticas além das demandas já existentes do setor.

Algumas considerações

A CONFREM vem se consolidando ao longo destes quase quatro anos de existência, buscando se referenciar pela base, levando as pautas das comunidades para os debates nacionais, tem como objetivo promover o contato entre as 22 REMs espalhadas de norte a sul no país, garantir a manutenção dos saberes e



conhecimentos tradicionais, a conservação dos rios, mares e manguezais e da fauna destes biomas.

São inúmeros os desafios a serem superados pela organização ainda nova em relação ao histórico de lutas do movimento. A necessidade de pressionar o Estado para a manutenção dos territórios pesqueiros, para a ampliação das políticas voltadas para as reservas extrativistas é grande e ainda necessitará de um amadurecimento do movimento nos quatro cantos do país.

Garantido o acesso ao território, os avanços posteriores dependerão do grau organizativo comunidades. A CONFREM objetiva o fortalecimento das resex para que estas se consolidem como um modelo eficaz de gestão participativa do território extrativista.

“Lamentavelmente o que acontece hoje é que o modelo resex não é um modelo bem visto pelo governo e que está fadado a deixar de existir, não as que já existem, mas, as novas resex. Não é por acaso que estamos a quase quatro anos do governo Dilma e nenhuma resex foi criada, nada é por acaso, não é porque as comunidades deixaram de gritar ou ser oprimidas, continuam a ser oprimidas, companheiros continuam morrendo, cada dois três dias chegam mais pedidos de resex ao ICMBio, são mais de 300 pedidos e nada disso é por acaso”.

O modelo resex ainda precisa de melhorias e não será pela via institucional, através de decretos feitos em gabinetes. Sendo assim, as diversas formas de articulação entre extrativistas, principalmente a troca de experiências entre as resex marinhas do Brasil se configuram como um caminho necessário a ser trilhado pelo movimento, que atualmente, pode contar com um instrumento que facilite essa articulação em nível nacional, a CONFREM.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (máximo 15)

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/13423/9048>>. Acesso em 26 de janeiro 2013.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum.. In: El Décimo Congreso Bienal de la Asociación Internacional para el Estudio de la Propiedad Colectiva (IASCP), 2004, Oaxaca. Los recursos de uso común en una era de transición global: retos, riesgos y oportunidades, 2004.

CUNHA, C. C. *Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990*. Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DUMITH, R. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: o caso das reservas extrativistas marinhas. *GeoTextos*, vol. 8, n. 2, dez. 2012.



PACHECO, V. F. O cenário geopolítico na implantação da reserva extrativista marinha de Canavieiras. Relatório final de PIBIC. Salvador: UFBA, 2011.

6. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

Participação da bolsista no IIº Encontro Nacional de Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas, realizado entre os dias 26 de novembro a 01 de dezembro de 2012, em Arraial do Cabo – Rio de Janeiro;
Visitas a campo realizadas nos períodos: 08 a 18 de março, 05 a 10 de junho e 05 a 12 de novembro de 2012, e entre 02 a 12 de maio de 2013.

7. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CIENTÍFICAS E PUBLICAÇÕES

- Participação no workshop do projeto PETROTECMANGUE-BASUL para as Comunidades de Una, Canavieiras e Belmonte em maio de 2013;
- Participação como ouvinte Seminário Nacional: “Contribuição à geografia brasileira. Encontro de gerações” entre os dias 22 e 23 de maio de 2013 realizado na Universidade Federal da Bahia;
- Organização e apresentação de trabalho no II Seminário Nacional Espaços Costeiros – dinâmicas e conflitos no litoral brasileiro, realizado entre os dias 03 a 06 de junho de 2013 na Universidade Federal da Bahia.
- Artigo publicado: SAPUCAIA, C. S. . Petróleo e unidades de conservação: um panorama econômico de Canavieiras e perspectivas frente à exploração de gás e petróleo no entorno da resex. In: IIº Seminário Nacional Espaços Costeiros, 2013, Salvador. Anais do II SEC. Salvador: Posgeo, 2013. v. I. p. 1-17.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO



Salvador, 24 de agosto de 2013.

Estudante

Orientador (a)

Secretaria do Programa
Rua Basílio da Gama, 06. Canela.
Salvador – BA. 40.110-040.
Tel.: 71 3283-7968 Fax: 71 3283-7964
E-mail: pibic@ufba.br